



Inter-Agency Task Force on
Social and Solidarity Economy

O Programa de Aquisição de Alimentos nos Restaurantes Universitários de uma universidade pública do Brasil: interfaces com a Agenda 2030

Ludymila Schulz Barroso
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Eliziane Nicolodi Francescato Ruiz
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Rozane Marcia Triches
Universidade Federal da Fronteira Sul
Brasil

Maio 2019

Projecto de documento
preparado para o Grupo de Trabalho Interagências
das Nações Unidas sobre ESS (UNTFSSSE)

Chamada para ensaios 2018

**A implementação dos Objetivos de
Desenvolvimento Sustentável (ODS): Qual o papel
da Economia Social e Solidária? (ESS)?**

Apresentado na Conferência Internacional da UNTFSSSE em Genebra, 25-26
Junho 2019

A responsabilidade pelas opiniões expressas neste documento corresponde apenas aos seus autores, disponibilidade na Plataforma de Conhecimento da ESS para os ODS (unsse.org) não constitui aprovação do Grupo de Trabalho Interagências das Nações Unidas sobre ESS (UNTFSSSE), nem dos seus membros institucionais, parceiros ou observadores, das opiniões aqui relatadas. É proibida a publicação ou distribuição deste documento sem autorização prévia dos autores, exceto em caso de uso pessoal.

Este documento está disponível na Plataforma de Conhecimento da ESS para os ODS, na versão e no idioma em que foi recebido.

Resumo

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma política pública brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional que almeja o fortalecimento da agricultura familiar. A modalidade “Compra Institucional” estabelece que os restaurantes universitários devem direcionar pelo menos 30% do total dos recursos destinados à aquisição de gêneros alimentícios para a aqueles provenientes da agricultura familiar - um dos principais exemplos de Economia Social e Solidária (ESS) na ótica dos sistemas agroalimentares. A relação da ESS com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é sólida, uma vez que os princípios de ambos estão correlacionados. O presente artigo relata o caso de uma universidade pública brasileira que tem contribuído para o alcance dos ODS através do PAA, o qual possibilitou a aquisição de mais de 600 toneladas de alimentos provenientes da agricultura familiar entre 2016 e 2017. Estes alimentos foram transformados em 11.000 refeições diárias servidas nos restaurantes universitários. Este trabalho também discute o papel dos atores, bem como as facilidades e desafios desse processo. Por fim, identifica-se o fomento ao aumento de renda, à inclusão social, à produção e consumo de alimentos saudáveis e mais sustentáveis e à redução de desigualdades, que são resultados esperados ao se atingir os ODS.

Palavras chave

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Programa de Aquisição de Alimentos; Compra Institucional; Restaurantes Universitários; Agricultura Familiar

Bio

Ludymila Barroso é nutricionista e mestre em desenvolvimento rural. Atualmente, é diretora da Divisão de Alimentação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no Sul do Brasil, onde coordena seis restaurantes universitários, que servem 11 mil refeições diariamente. Seu interesse de pesquisa está centrado em dietas sustentáveis e agricultura familiar.

Eliziane Ruiz é nutricionista e doutora em desenvolvimento rural. Atua como docente no Departamento de Nutrição e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS. Seu interesse de pesquisa direciona-se às dietas sustentáveis, segurança alimentar e nutricional e saúde pública.

Rozane Triches é nutricionista e doutora em desenvolvimento rural. Atua como docente no Curso de Graduação em Nutrição e no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal do Fronteira Sul, no Sul do Brasil. Seu interesse de pesquisa está voltado às dietas sustentáveis, segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento rural.

O Programa de Aquisição de Alimentos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A conexão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com o sistema agroalimentar fica evidente quando se observa o total de doze objetivos correlacionados direta e indiretamente com a produção de alimentos. Por exemplo, o objetivo 2, intitulado "Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável", engloba metas como garantir o acesso a alimentos seguros, disponíveis e suficientes; dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos; garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos; entre outras. Tomando como base este segundo ODS, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), enquanto uma política pública, apresenta a potencialidade de trabalhar questões de desenvolvimento rural, inclusão social e produção e consumo de alimentos sustentáveis para a sociedade brasileira. Além deste, os ODS 1 (Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares), 3 (Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades), 5 (Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas), 8 (Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos), 10 (Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles), 12 (Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis) e 15 (Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade) também estão intimamente ligados a este Programa (Brasil 2012a; ONU 2015).

O PAA é uma política pública brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que, dentre seus eixos articuladores, foi projetado com o intuito de promover o fortalecimento da agricultura familiar, cuja representatividade enquadra-se nos preceitos da Economia Social e Solidária (ESS) (ONU 2014). Na sua estrutura, o PAA está dividido em seis modalidades, dentre as quais aparece a "Compra Institucional" (CI) cuja finalidade é atender as demandas de consumo de gêneros alimentícios por parte da administração pública, abastecendo unidades do sistema de saúde, do sistema prisional, das forças armadas e Restaurantes Universitários (RUs) (Brasil 2012b, 2016). O Decreto Federal nº 8.473/15 estabelece, como percentual mínimo, o valor de 30% do total de recursos destinados à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal para aquisição de produtos da agricultura familiar e suas organizações (Brasil 2015). Porém, poucos estudos têm demonstrado como esta legislação vem sendo executada e, principalmente, quais têm sido os resultados e desafios para viabilizar essa política pública que dialoga com os ODS supracitados.

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), enquanto parte da Administração Pública Federal, contam com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que visa à permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica na IFES até a conclusão da graduação de ensino superior. A partir do PNAES há a disponibilização de recursos financeiros para subsidiar moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, cultura, entre outros, os quais devem ser monitorados e administrados pelas próprias IFES (MEC 2007). Como parte deste programa, os RUs oferecem, diariamente, um número expressivo de refeições à comunidade acadêmica, podendo ser considerado um dos principais equipamentos públicos para promoção de SAN no país, pois também garantem o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), por meio da oferta de refeições saudáveis aos estudantes universitários.

Exemplo disso é o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), localizada na região sul do Brasil. Sendo a maior universidade do estado do Rio Grande do Sul, a

UFRGS possui na cidade de Porto Alegre seis RUs que servem, em média, 11 mil refeições por dia. A compra dos alimentos necessários para a produção dessas refeições é realizada segundo as especificações para compras públicas encontradas em legislações vigentes. Importante destacar que, desde 2016, com a publicação do Decreto referente ao PAA-CI, parte dos alimentos passou a ser adquirida de cooperativas de agricultores familiares.

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo descrever a implementação e execução da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos nos Restaurantes Universitários de uma universidade pública no sul do Brasil. Será exposto o papel dos atores sociais neste processo, bem como os resultados desta política como facilitadora da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O papel dos atores na implementação e execução de uma política pública enquanto Economia Social e Solidária

A inclusão de alimentos provenientes da agricultura familiar nos RUs da UFRGS é resultado de um longo processo, o qual teve êxito somente após a união da exigência legal, por meio do Decreto nº 8.473/2015, e da ação de alguns atores específicos da gestão da Universidade e que atuam no ativismo da agricultura familiar. Essa informação surgiu dos diálogos com atores envolvidos no processo tais como representante administrativo da Universidade, nutricionistas responsáveis técnicas dos diferentes RUs, representantes de cooperativas de agricultores familiares e dos próprios agricultores familiares.

Uma das nutricionistas dos RUs refere-se a esse processo como um “trabalho de formiguinha”, dado que diversos atores trabalharam em conjunto, entretanto foram identificados dois atores-chaves para o sucesso da execução do PAA-CI, estando um em cada extremo do processo: na Universidade, a diretora dos RUs e, nas cooperativas, as lideranças do cooperativismo – que, mais tarde, reuniram forças e formaram a Associação da Rede de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Rio Grande do Sul (RedeCoop). Identificou-se que ambos os conjuntos de atores, ao compreenderem a importância da inserção da agricultura familiar nestes espaços institucionais e possuírem, ainda, a capacidade de difundir essa prática em seus ambientes de trabalho, foram capazes de engajar os demais atores para a efetividade da política.

O gestor administrativo relatou que, há sete anos, já havia certo interesse da Universidade na aquisição de alimentos da agricultura familiar, pois a consideram uma prática de responsabilidade social, que propicia, por exemplo, o desenvolvimento local e a melhoria nas condições de vida dos agricultores familiares. A responsabilidade social é um dos valores norteadores da missão da Universidade, qual seja: “Desenvolver educação superior com excelência e **compromisso social**, formando indivíduos, gerando conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, capazes de **promover transformações na sociedade.**” (UFRGS 2016, 12 – grifo nosso). Além disso, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade, referente ao período entre os anos 2016 e 2026, ratifica que a responsabilidade social é uma condição intrínseca da responsabilidade institucional, enquanto universidade pública, cujo trabalho se direciona também para a inclusão social e o desenvolvimento econômico, científico e social da população (UFRGS 2016). Ainda nesta ótica, o gestor administrativo afirma que o PAA-CI possui um viés social muito forte e que, quando se aproxima dos agricultores familiares e/ou suas cooperativas, fica evidente a importância desse processo na qualidade das suas vidas.

Embora isto fosse consenso, somente após o surgimento da legislação, as compras de alimentos da agricultura familiar puderam ser efetivadas. Anteriormente, o setor jurídico entendia que qualquer aquisição realizada deveria respeitar o arcabouço convencional, através da Lei nº 8.666/1993, cuja aplicação tornava a participação de organizações da Economia Social e Solidária (ESS) inviável. Somado a isto, a Universidade carregava alguns receios quanto à capacidade e estabilidade de produção e logística de entrega de alimentos destes potenciais novos fornecedores, considerando que o abastecimento dos RUs não poderia ser colocado em risco devido a sua importância em alimentar a comunidade acadêmica.

Então, após esses anos de amadurecimento interno da ideia, bem como do avanço jurídico e governamental e da qualificação das cooperativas de agricultores familiares do Estado, a Universidade realizou as primeiras compras de alimentos no começo do ano de 2016 com poucos itens. Neste mesmo ano, ocorreram mudanças na Administração Central da Universidade, refletindo na gestão dos RUs, que passaram a contar com uma nova diretora. Esta gestora, a partir do relato de diferentes atores do processo, teve, então, o papel de ator-chave no processo ocorrido dentro da Universidade. Para além do impulsionamento do PAA-CI dentro da Universidade, a diretora dos RUs foi responsável pelo envolvimento e comprometimento de outros atores institucionais ao longo de todo o processo, os quais participaram desde o chamamento público até a efetivação do pagamento aos agricultores familiares. Ou seja, inseriram-se também outros atores, responsáveis pela elaboração dos contratos, pela elaboração dos cardápios, pelos pedidos de compra, pelo preparo das refeições, entre outros.

Na outra ponta desse processo, a atuação de lideranças do cooperativismo permitiu a estruturação e qualificação da agricultura familiar, seja na estabilidade produtiva, seja na logística de entrega dos alimentos. Este fato evidenciou-se, por exemplo, no relato de um representante de cooperativa que referiu ter ficado sabendo das chamadas públicas da Universidade através de uma divulgação entre cooperativas; e, também, quando outro representante contou que resolveu o problema de logística de entrega ao fazê-la em conjunto com outras cooperativas. Por esta razão, lideranças comprometidas com o cooperativismo também carregaram a função de atores-chave.

A relevância do cooperativismo para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da agricultura familiar como produtora e fornecedora de alimentos tomou uma dimensão tão ampla que acabou por solidificá-lo ainda mais através da constituição da RedeCoop, que representa um dos melhores exemplos de ESS no país.

A ESS é uma abordagem econômica que visa transformar os padrões de produção e consumo, através de diferentes formas de cooperação, solidariedade e auto-organização democrática, promovendo proteção ambiental, empoderamento econômico e justiça social. A natureza dessas organizações é diversificada, proporcionando inúmeras oportunidades como criação de emprego, acesso aos mercados, governança participativa, ação coletiva, proteção social e ambiental, de modo que a atividade econômica aumente, em vez de esgotar, os recursos naturais (ONU 2015). Desse modo, associações e cooperativas de agricultores familiares enquadram-se perfeitamente no conceito de ESS, uma vez que são pautadas nos princípios de mutualidade, solidariedade, reciprocidade, comércio justo, entre outros.

Nota-se, portanto, que o próprio governo federal incentivou a ESS ao promulgar leis e decretos como o PAA-CI que favoreceram a comercialização de alimentos de agricultores familiares. Enfatiza-se a importância deste ato, uma vez que o primeiro desafio enfrentado pela Universidade foi a inexistência de amparo legal para compras públicas deste tipo de organização. Mesmo tendo o interesse pela compra de alimentos da agricultura familiar, foi somente no primeiro ano de vigência do Decreto que as aquisições oriundas da agricultura familiar foram efetivadas. Assim que a Universidade começa a cumprir a legislação, alguns contratemplos logo

surtem como, por exemplo, o descompasso entre oferta e demanda, a logística de entrega dos alimentos e o atraso nos pagamentos às cooperativas.

Apesar destes desafios possuírem uma importância fundamental tanto para a boa gestão das refeições dos RUs, quanto para as cooperativas e famílias produtoras, eles tiveram baixo impacto em ambas as partes, pois foram superados rapidamente através do diálogo. O descompasso entre oferta e demanda originava-se da ausência de uma programação de solicitações dos RUs para as cooperativas, o que dificultava o planejamento da produção dos alimentos. Por vezes, isto resultava no desabastecimento de alguns alimentos específicos para os RUs e, em contrapartida, os agricultores familiares acumulavam um excedente de outros alimentos, os quais eram perdidos por não haver outro mercado para escoamento da produção. Assim, formou-se, por meio da construção de uma previsão de solicitações, um canal de diálogo entre os representantes das cooperativas e a diretora dos RUs. Essa ação permitiu a adequação da situação, informando a data e as quantidades estimadas. Considerando a identificação e solução razoavelmente céleres, os efeitos colaterais foram minimizados.

As dificuldades referentes à logística de entrega também foram sanadas rapidamente por meio do diálogo entre as partes. A grande questão era a prática que os RUs estabeleceram com os antigos fornecedores de receber os alimentos diariamente. Para as cooperativas esta operação tornava-se inviável, tendo em vista que seus alimentos eram produzidos e logo estocados em cidades diferentes e distantes de onde se localizam os RUs. Por fim, entre as necessidades e possibilidades, houve um consenso para que as entregas fossem realizadas em tempo hábil para ambas as partes.

Por outro lado, o atraso nos pagamentos às cooperativas, por parte da Universidade, levou mais tempo para ser solucionado, impactando mais negativamente os agricultores familiares. O desenlace desta questão se deu, justamente, na atuação da diretora dos RUs frente aos demais atores da Universidade envolvidos nessa tarefa. No entanto, devido ao grande número de atores e setores que necessitavam serem conscientizados e engajados, os resultados demoraram mais a aparecer, em comparação com os desafios anteriores.

Assim sendo, observa-se que os atores foram essenciais para o êxito da ação. O diferencial foi a conformação desta relação, pautada no diálogo e responsabilização pelo processo. Esse elo que surgiu como fruto da atuação de atores-chaves, bem como da mediação e proximidade do Ministério do Desenvolvimento Social, foi fundamental na inserção dos demais atores que fazem parte do processo, nas trocas de experiências e qualificação do PAA-CI.

A evolução dessa execução do PAA-CI resultou no reconhecimento da experiência pelo Ministério do Desenvolvimento Social, que deu à UFRGS o prêmio “Destaque 2017”, pelo mérito de ser a universidade federal que mais adquiriu alimentos da agricultura familiar no ano de 2017.

A atuação do Governo Federal, por meio do fortalecimento de um importante exemplo de ESS que pode ser a agricultura familiar, ratificou a relevância do Programa de Aquisição Alimentos no alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Assim, é possível perceber que o Estado possui um papel crucial no desenvolvimento sustentável, por meio da criação e implementação de políticas públicas como as relacionadas às suas próprias aquisições de alimentos.

Os resultados do Programa de Aquisição de Alimentos no alcance da Segurança Alimentar e Nutricional

A partir de 2016, os RUs começaram a trabalhar também com alimentos oriundos da agricultura familiar. Em virtude da sensibilização da gestão da Universidade, anterior à publicação do Decreto nº 8.473/15, já haviam alguns contatos estabelecidos com cooperativas de agricultores familiares, o que proporcionou celeridade ao processo de aquisição de alimentos por esta modalidade de compra, de forma que os primeiros contratos foram assinados já no mês de março do primeiro ano.

Assim, em 2016, foram realizados quatro processos de compra para abastecer os RUs com editais de carne suína, carne de frango, frutas e vegetais. Já, em 2017, foram efetuados seis processos, sendo que os contratos resultantes de três deles possuíam vigência até metade ou final do ano seguinte. Salienta-se que, no primeiro ano, dois processos restaram desertos (carne de frango), pois não houve agricultores familiares e/ou suas cooperativas interessadas. Por outro lado, os processos de compra exitosos permitiram, ainda em 2016, a contratação com três cooperativas de agricultores familiares, envolvendo 72 agricultores familiares. No ano seguinte, o panorama se modificou, triplicando o número de cooperativas contratadas pela Universidade. Ou seja, por meio de treze contratos, nove diferentes cooperativas foram inseridas neste mercado, comprometendo 493 agricultores familiares na produção e fornecimento destes alimentos.

Esse resultado progressivo de inclusão de agricultores familiares no fornecimento de alimentos à Universidade perpassa o ODS 10, que visa reduzir a desigualdade social dentro dos países e entre eles, na medida em que o PAA-CI possibilita a inclusão social de famílias rurais, garantindo também maior igualdade de oportunidades a esse grupo. Seguindo na linha dos ODS, mais especialmente na igualdade de gênero de que trata o ODS 5 (Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas), observou-se que são as mulheres as responsáveis pela produção dos alimentos provenientes das agroindústrias. O predomínio das mulheres na produção dos alimentos processados nas agroindústrias sugere o empoderamento das mulheres no campo, bem como do espírito inovador e empreendedor nas mesmas.

A inserção dos agricultores familiares e, especialmente das mulheres, no mercado de alimentos via PAA-CI corrobora também com uma das metas do ODS 8 que tem por finalidade o apoio público às atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação. Além disso, esse mesmo Objetivo pretende promover emprego pleno e trabalho decente para todas as mulheres, homens, jovens e pessoas com deficiências, o que vem ocorrendo na execução desta política pública brasileira.

Do ponto de vista econômico, a tabela 1 revela o resultado financeiro da execução do PAA-CI nestes dois primeiros anos. A aquisição de alimentos via PAA-CI, no primeiro ano, representou cerca de 9% do total de recursos investidos na compra de gêneros alimentícios, não atendendo a exigência mínima do Decreto. Em compensação, no segundo ano, a Universidade ultrapassou a meta governamental, adquirindo um montante de US\$ 1,481,180.61, que representou aproximadamente 50% do valor total da aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

Tabela 1 – Resultado financeiro da execução do PAA-CI durante os dois primeiros anos de implementação

Ano	Total de aquisição de alimentos	Aquisição de alimentos da agricultura familiar	Representatividade do total de aquisição de alimentos
2016	US\$ 2,844,544.10	US\$ 253,676.25	8,9%
2017	US\$ 3,068,720.22	US\$ 1,481,180.61	48,2%

O direcionamento de quase US\$ 1,5 milhão para a ESS impulsiona o alcance de vários ODS como o oitavo, que pretende promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável; o primeiro, que aspira a erradicação de todas as formas de pobreza; e, o décimo, que busca reduzir a desigualdade social. Esta reorientação do destino do dinheiro público permite o aumento da renda de pequenos produtores, em geral em situação de vulnerabilidade socioeconômica, assim como o crescimento da economia local e regional. Considerando, ainda, os princípios do cooperativismo e da ESS, a distribuição igualitária de renda também é contemplada entre os agricultores familiares participantes dessas contratações com a Universidade. Além disso, estes fatos contribuem também para a inclusão social, através da liberdade de escolha em frequentar locais e fazer uso de serviços que antes não era possível economicamente, por exemplo.

Por fim, a tabela 2 apresenta a quantidade de alimentos adquirida em cada processo de compra e os valores executados. É possível verificar a diversidade dos gêneros alimentícios, bem como o crescimento da quantidade de alguns alimentos, totalizando, nos dois primeiros anos de execução do Programa, cerca de 250 toneladas de hortifrutigranjeiros, 198 toneladas de carnes suína e bovina, 131 toneladas de arroz branco e integral e 23 mil litros de leite, iogurte e suco de frutas orgânico.

Embora os hortifrutigranjeiros se sobressaiam na quantidade adquirida, as carnes despontam-se sob o ponto de vista financeiro, em virtude do alto valor agregado deste alimento. No período analisado, o valor investido em hortifrutigranjeiros foi de US\$ 217,568.22, enquanto as carnes representaram US\$ 1,387,682.47, quase 80% do valor total destinado à agricultura familiar em ambos os anos. Esses dados ratificam o paradigma de que a produção de alimentos da agricultura familiar volta-se a produtos de origem vegetal, todavia também o rompem ao sinalizar a grande capacidade produtiva de alimentos cárneos e lácteos.

Tabela 2 – Quantidade de alimentos adquiridos por ano via PAA-CI e valores executados

Ano	Gêneros alimentícios	Quantidade adquirida	Representatividade da compra via PAA-CI no total das compras de cada gênero	Valor de aquisição
2016	Carne suína	40.358 kg	100 %	US\$ 201,925.59
2016	Frutas e vegetais	72.773 kg 21.372 uni	16 % 9 %	US\$ 51,750.66
2017	Carne bovina, carne suína	110.792 kg 47.100 kg	85 % 100 %	US\$ 1,185,756.88
2017	Cuca	908 uni	100 %	US\$ 1,807.52
2017	Hortifrutigranjeiros	152.658 kg 60.341 uni	33 % 23 %	US\$ 165,817.56
2017	Arroz branco, arroz integral,	107.500 kg 24.080 kg	100 % 100 %	US\$ 110,969.72
	geleia de frutas orgânica, suco de frutas orgânico,	264 kg 444 L	100 % 100 %	
	iogurte	1.393 L	100 %	
	Leite UHT	21.496 L	100 %	

Legendas: kg – quilograma; uni – unidade; L – litro.

Considerando a compra de cada um desses gêneros alimentícios, a carne suína adquirida, em ambos os anos, foi na sua totalidade oriunda da compra de agricultores familiares. Enquanto que os hortifrutigranjeiros, de um ano para o outro, tiveram um aumento de 16% para 33% e de 9% para 23%, considerando suas unidades de compra: quilogramas e unidade, respectivamente. Além destes, em 2017, a carne bovina foi adquirida em grande parte da agricultura familiar, perfazendo um percentual de 85%. Os demais gêneros alimentícios como arroz branco e integral, cucas, geleias e sucos de frutas orgânicos e leite e iogurte adquiridos – somente em 2017 foram adquiridos pelo PAA-CI, correspondendo também a 100% da aquisição destes gêneros.

A aquisição de hortifrutigranjeiros da AF, apesar de crescente, foi menor quando comparada a outros gêneros *in natura*. Pois, algumas hortaliças são adquiridas minimamente processadas, através de processos de compras convencionais, onde organizações da ESS não participaram. Esse processamento compreende ações como higienização, descascamento e corte. Ainda assim, representantes de cooperativas sinalizaram a possibilidade de produção deste tipo de alimento, mesmo apontando a necessidade de se reorganizar para tal. Ou seja, partindo do pressuposto de que são as mulheres que conduzem as agroindústrias familiares, existe potencial para incluí-las de forma ainda mais ampla neste processo.

A ampla gama de alimentos produzidos pela agricultura familiar propicia certa segurança econômica, pois quando a produção depende unicamente de um alimento e ocorre uma intempérie que arruína a produção, o prejuízo é completo. Entretanto, quando há uma múltipla produção, há a possibilidade de reduzir este prejuízo ao mínimo.

Cabe também destacar que parte dos alimentos adquiridos pela Universidade são orgânicos, o que promove os Objetivos 12 e 15, que dizem respeito, respectivamente, sobre a necessidade de assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; e, proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade. E ainda, agricultores familiares informaram a existência de outros alimentos orgânicos e/ou agroecológicos de sua própria produção, bem como a intenção de tornar a sua produção totalmente sustentável.

A produção de alimentos sustentáveis não é expressiva dentre os demais tipos de produtores de alimentos, do mesmo modo que os distribuidores destes também não demonstram consciência em modificar este padrão. Inclusive, produtores e distribuidores de alimentos não pertencentes à ESS realizam estas atividades em qualquer parte do país, contribuindo para a insustentabilidade na logística de transporte dos mesmos, em razão da cadeia longa e poluição do ar com a queima dos combustíveis.

Salienta-se, ainda, a qualidade física e sensorial dos alimentos da agricultura familiar, mencionada pelas nutricionistas que atuam nos RUs. Elas atribuem isto ao fato dos alimentos serem produzidos na região, respeitando a sazonalidade e a biodiversidade local, colhidos mais próximos ao período adequado, entre outros fatores, os quais acarretam modificações no sabor dos alimentos, assim como em seu valor nutricional. Tudo isto permite a oferta de refeições mais saudáveis à comunidade acadêmica, de modo a promover saúde entre os comensais dos RUs e das próprias famílias rurais.

E assim, os resultados provenientes do PAA-CI facilitam o progresso dos dois principais ODS relativos ao sistema agroalimentar: o segundo, que visa acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; e, o terceiro, que se destina a assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

O Brasil, em diálogo com a sociedade, construiu um conceito bastante ampliado de SAN que consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais,

tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL 2006, 1). Isto posto, entende-se que os princípios da ESS estão intimamente relacionados à SAN, assim a execução do PAA-CI, principalmente em IFES, permite o desenvolvimento de diversos ODS com benefícios tanto para os produtores, quanto para os consumidores dos alimentos. Logo, observa-se que é imprescindível o envolvimento de numerosos atores para que se atinjam os ODS até 2030.

Considerações finais

Considerando, então, o exposto, conclui-se que o PAA-CI é uma ferramenta valiosa para a implementação dos ODS em nível local e regional. O Programa, ao propiciar a inclusão de pequenos produtores regionais de alimentos no mercado institucional, propicia o aumento de renda, fomenta a economia local, permite a redução da fome e da pobreza, potencializando a inclusão social e promovendo Segurança Alimentar e Nutricional a todos os envolvidos neste sistema agroalimentar.

Além disso, fica evidente que, para o desenvolvimento e alcance dos ODS, é fundamental a conexão entre políticas públicas e ESS, uma vez que ambas possuem princípios convergentes com o desenvolvimento sustentável. Todavia, a existência de desafios para o sucesso desse processo foi notória, assim como o indispensável papel de atores-chaves na condução do processo e engajamento dos demais atores.

Entretanto, cabe destacar que os RUs, enquanto equipamentos públicos, caracterizam uma ambivalência, pois ao mesmo tempo em que abrem um espaço para promoção da ESS e dos ODS, também podem inibir seus progressos, em razão da crescente terceirização da produção de refeições para empresas privadas de Alimentação Coletiva que, em sua maioria, não possuem processos pautados na sustentabilidade do sistema agroalimentar. Logo, constata-se que o cumprimento dos ODS no âmbito dos RUs depende não apenas dos serviços públicos, diretamente, mas de todos os atores e empresas envolvidos.

Por fim, salienta-se que o PAA-CI é uma política pública de âmbito nacional, portanto espera-se que a replicação dessa experiência em outros estados se concretize. De modo que seu desenvolvimento pode ser inclusive espelhado neste caso de sucesso em Porto Alegre, considerando que sua efetividade não se deve apenas ao fato da cidade possuir um bom desenvolvimento cultural e institucional, mas, principalmente, pelo engajamento dos atores sociais envolvidos nesse processo.

Bibliografia

BRASIL. 2016. “Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.” *Presidência da República*.

BRASIL. 2012a. “Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências.” *Presidência da República*.

BRASIL. 2012b. “Resolução nº 50, de 26 de setembro de 2012. Dispõe sobre a sistemática de funcionamento da modalidade de execução Compra Institucional, no âmbito do Programa de Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar – PAA.” *Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*.

BRASIL. 2015. “Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015. Estabelece, no âmbito da Administração Pública federal, o percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e dá outras providências.” *Presidência da República*.

BRASIL. 2016. “Cartilha Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa!” Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_06_17_10_21_02_cartilha_p.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2016. *Companhia Nacional de Abastecimento*.

MEC – Ministério da Educação. 2007. “Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.” Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 14 de janeiro de 2017. *Gabinete do Ministro*.

ONU – Organização das Nações Unidas. 2014. “Economia Social e Solidária e o Desafio do Desenvolvimento Sustentável.” *Força- Tarefa de Interagências das Nações Unidas sobre Economia Social e Solidária*.

ONU – Organização das Nações Unidas. 2015. “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.” Traduzido pelo *Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil* (UNIC Rio).

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016. “Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020: Construa o futuro da UFRGS.” *Biblioteca Central/UFRGS*.